

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.478.595 - SP (2019/0090653-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO  
SABESP  
**ADVOGADO** : FÁBIO ALBUQUERQUE E OUTRO(S) - SP164311  
**AGRAVADO** : ANGELA MARIA RODRIGUES FERREIRA  
**ADVOGADO** : RODRIGO ALEXANDRE BENFICA ORZECOWSKY - SP293883

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP contra decisão de inadmissibilidade do recurso especial apresentado em desafio a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

*APELAÇÃO INDENIZATÓRIA – Danos moral e material – Imóvel – Vazamento de água em decorrência da ruptura da rede de distribuição – Demonstrada a culpa exclusiva da empresa prestadora de serviços públicos – Infiltração (umidade) no interior da residência trazendo transtornos aos moradores – Nexo causal configurado – Falha do serviço – escorreita condenação da ré em montante razoável – Manutença.  
Decisão mantida.  
Recursos desprovidos.*

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos apenas para retificação de erro material (e-STJ, fls. 182-189 e 225-230).

Em suas razões de recurso especial, a parte recorrente alegou violação dos arts. 7º, 369, 370, parágrafo único, 489, II, § 1º, II, III e IV, e 1.022, II, parágrafo único, II, do CPC/2015, defendendo, além de negativa de prestação jurisdicional, cerceamento de defesa em demonstrar sua irresponsabilidade pelo evento danoso, notadamente por ausência de nexo causal entre o vazamento em sua rede e os problemas ocorridos na residente da parte contrária em data e local não atingido.

É o relatório. Decido.

Tendo em vista que a questão de fundo se relaciona à responsabilidade pela falha na prestação de serviço público de fornecimento de água e tratamento de esgoto, determino sejam os autos encaminhados para redistribuição a um dos Ministros das Turmas

# *Superior Tribunal de Justiça*

integrantes da Primeira Seção, nos termos do art. 9º, § 1º, XIV, do RISTJ.

Cumpra-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator